

**PLANO METROPOLITANO DE ENFRENTAMENTO  
À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
— BAIXADA SANTISTA —**



# **PLANO METROPOLITANO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES — BAIXADA SANTISTA —**

**ELABORADO NO  
I SEMINÁRIO PACTO SÃO PAULO – BAIXADA SANTISTA  
(Santos, 17 de maio de 2002)**

## **Realização do seminário**

ASPPE – Associação Santista de Pesquisa Prevenção e Educação em DST/AIDS  
CAMARÁ – Centro de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência  
NECOM – Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos  
ESPAÇO MENINAS – Prefeitura Municipal de Santos - SEAC

## **Apoio ao seminário**

AFUBESP – Associação dos Funcionários do Banespa-Santander  
ALIA – Associação Libertária da Infância e Adolescência  
ACTESP – Associação dos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo  
CEVISS – Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil de Santos  
CMDCA Bertiooga – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CMDCA Praia Grande  
Deputada Maria Lúcia Prandi  
FORJA 21 – Fórum Juvenil da Agenda 21  
Grupo Hipupiara Integração e Vida  
MNMMR Santos– Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua  
Prefeitura Municipal de Bertiooga  
Prefeitura Municipal de Guarujá  
Prefeitura Municipal de Praia Grande  
UNIP Santos – Universidade Paulista

## **Comissão Regional Pacto São Paulo – Baixada Santista**

ASPPE  
CAMARÁ  
NECOM

## **Sistematização**

Ivanir Cocchi (ASPPE)  
João Carlos G. da Franca (CAMARÁ)  
Lumena Celi Teixeira (CAMARÁ)  
Maria Izabel Calil (NECOM)  
Maurício Carlos Rebouças (ESPAÇO MENINAS)

## **Editoração – Diagramação**

DRADS - Santos / Denir Batista de Souza

## **Organização**

Lumena Celi Teixeira

# SUMÁRIO

Apresentação.....	04
(Secretaria Executiva do Pacto São Paulo)	
Prefácio.....	05
(A viagem de um plano de ação - Marlene Vaz)	
O que é o Pacto São Paulo .....	07
Breve histórico do enfrentamento à violência sexual na região ....	09
Comissão Regional do Pacto São Paulo – Pólo Baixada Santista...	12
Termo de Adesão firmado pelos prefeitos da Baixada Santista....	17
<b>Plano Metropolitano de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Baixada Santista.....</b>	<b>19</b>
Eixo – Análise da Situação.....	19
Eixo – Mobilização e Articulação.....	23
Eixo – Atendimento.....	26
Eixo – Prevenção .....	28
Eixo – Defesa e Responsabilização .....	33
Eixo – Protagonismo Juvenil.....	36
Anexos .....	40
Agradecimentos .....	41

## **APRESENTAÇÃO**

É com grande prazer que apresentamos o PLANO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA. Este plano é resultado da mobilização e da articulação da sociedade civil organizada em conjunto com os governos locais, que com enorme esforço possibilitou a confecção de um instrumento capaz de nortear as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes na Baixada Santista.

Não é surpreendente que a região ganhe mais um documento capaz de promover a inclusão de crianças e adolescentes, isto é consequência de ações sérias realizadas por pessoas extremamente qualificadas. A região encarou o problema “de frente” e sempre foi a mais avançada em relação às outras regiões do Estado de São Paulo. Os prefeitos da região foram os primeiros a assinar o termo de compromisso do “Pacto São Paulo”, demonstrando sensibilidade político-administrativa, o que permitiu a implantação e implementação de projetos de atendimento as crianças e adolescentes envolvidos em situações de abuso e exploração sexual. Propôs discussões fundamentadas na cultura local, utilizou o potencial criativo dos diversos atores sociais e ampliou a rede de proteção à infância e juventude. Inovou ao dar “voz” aos jovens, colocando na prática o conceito de protagonismo juvenil, e agora sedimenta sua posição ao dar forma ao Plano Metropolitano.

O Pacto São Paulo, movimento social criado em setembro de 2000 para atuar na defesa dos direitos da criança e adolescente, que possibilitou no ano seguinte a elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, parabeniza toda a sociedade da região pela organização do Plano Metropolitano da Baixada Santista e manifesta seu desejo de que este instrumento sirva efetivamente para a construção de uma sociedade menos violenta e mais justa.

**SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO SÃO PAULO**

# PREFÁCIO

## — A VIAGEM DE UM PLANO DE AÇÃO —

Marlene Vaz\*

Numa viagem poética, Ferreira Goulart afirmou que existem coisas que não são dadas gratuitamente por Deus, nem nos chegam às mãos. São conquistadas pelo espírito dos homens.

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes foi uma dessas coisas conquistadas pelo espírito dos brasileiros. Começou como um ato heróico apreendido do Movimento das Mulheres, passando pela aprendizagem do *ensaio e erro*, em seguida pelas pesquisas, depois pelas campanhas, até a ordenação do pensamento construído através do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, coordenado pelo Ministério da Justiça. Iniciou-se, então, uma viagem pelo país.

Esse Plano cumpriu seu caráter legítimo ao recolher, na primeira parte de sua viagem, a experiência freqüentada na realidade das organizações que trabalhavam com o tema, especialmente as ONGs, apoiadas por instituições internacionais sediadas no Brasil, em algumas capitais também financiadas pelo governo estadual ou municipal e pontualmente pela iniciativa privada.

Na segunda parte dessa viagem, o Plano foi submetido à apreciação e revalidado por todas as organizações envolvidas nessa luta, culminando com a sua aprovação pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em lugar de ceder à preguiça de sentar-se no porto e fazer a xerox do Plano Nacional, os especialistas da Região da Baixada Santista, São Paulo, movidos pelo caráter inquietante desse plano, decidiram-se por empreender uma viagem para penetrar no espírito *secreto* da violência sexual na cultura santista que aprisiona crianças e adolescentes, apropriados pela sociedade como **objetos de desejos**.

Investigando seus acentos, seus vestígios, pressentiram que no mundo há uma outra realidade pela qual vale a pena lutar – a realidade de crianças e adolescentes como **sujeitos de desejos**.

Tendo experimentado a honra e o privilégio de participar dessa experiência com esses especialistas, pude entender Guimarães Rosa quando afirmou: “Mestre não é quem sempre ensina. Mas quem – de repente – aprende”. E foi o que aconteceu, pela forte impressão que gravaram no meu pensamento.

Lançando-se ao mar no barco que os levava a uma viagem onde se dispuseram a compartilhar pensamentos, esses viajantes olhavam-se, ouviam uns aos outros, perscrutavam, suspeitavam, submetendo-se à aprendizagem do fascínio do novo conhecimento, na aceitação (desprovida de inveja) da criatividade do outro.

Ao sopro do vento do mar que acariciava as velas e usando os ouvidos como um instrumento acústico ultra-sensível, esses viajantes foram capazes de decodificar as idéias ainda incompletas que vinham do outro, empenhados, com leveza, em compreender os sinais de comunicação, tal qual como “ouvir e entender estrelas”. Pegavam o sentido de tudo que era dito pelos companheiros dessa viagem e construíam no cérebro as palavras para expressá-lo. Também as funções cognitivas iam recolhendo pistas escondidas nos sons escutados, nas entonações, nas expressões das faces. Preenchendo o intervalo das colocações, costuraram o pensamento completo, cuja autoria passava a ser de todos.

Aquele momento apontou que não existem fronteiras entre falar e ouvir; que as expressões faciais dos tripulantes eram também parte do que diziam, porque a comunicação

que se estabeleceu entre eles foi além de uma partilha de palavras, tornando todas as formas de comunicação legítimas e, assim, nada foi rejeitado.

Nada também os fatigava! Ao contrário, quanto mais os debates mexiam com os sentidos, mais o pensamento e o coração iam se *amigando*, e um leve fascínio os afeioava.

Uma justa avaliação aqui se faz, quando se percebe que esses *viajeiros* tomaram como mapa cartográfico, para velejar nesse barco, a **ciência**, a **arte** e a **fé**.

O conhecimento **técnico-científico** constituiu o referencial dos conteúdos da construção do Plano, sendo firmado o acordo de que naquele barco não havia lugar para amadorismo.

Contudo, a ciência não prescindiu, ali, no meio da viagem, da **arte**. Porque tornou a troca de idéias como um intercâmbio de diferentes formas, cores e sons, provando que “tudo se faz por contrastes”. As inevitáveis e explicitas diferenças entre os tripulantes foram, por exemplo, como *diferentes notas musicais que compuseram uma bela sinfonia*. Garimpando, mais uma vez, Guimarães Rosa, lembro que “o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente no meio da travessia”.

Parece claro que um Pacto (de São Paulo) juntou Organizações Governamentais e Organizações não Governamentais como passageiros desse barco, prevendo riscos e antecipando soluções. Porém, foi a **fé** desses viajantes que surpreendeu às expectativas ao gerenciar diferenças com desembaraço e sem tropeço, conseguindo o feito de convergir as idéias para um acordo solidário.

É possível que nessa partilha de esperança, muitos dos viajantes tenham melhorado enquanto gente, aprendido a gostar mais de gente e, provavelmente, hoje estão melhores do que antes. E prontos para mudar o mundo das crianças e dos adolescentes em risco.

Finalmente, desembarca, aqui nesse porto, o Plano Metropolitano da Baixada Santista de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, guardando as especificidades sociais, culturais e econômicas dessa Região.

Todavia, aviem-se navegantes, tirem os pés que agora descansam na areia, porque uma nova viagem vai começar – a viagem de elaboração das Estratégias para Execução do Plano Metropolitano.

Isso porque a impunidade da violência sexual contra crianças e adolescentes está segura de que esse Plano será mais um documento a ser aplaudido e guardado nas gavetas, considerando que historicamente as políticas públicas no Brasil estão subjugadas aos planos econômicos.

Porém, certamente os tripulantes corajosos, competentes, brilhantes e negociadores que fizeram esta viagem irão surpreender à impunidade.

E é isso que as meninas e os meninos vitimizados pela violência sexual esperam – que os senhores surpreendam a si mesmos.

**\* MARLENE VAZ**

Socióloga, pesquisadora, co-autora do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e consultora do Projeto Camará.

# O QUE É O PACTO SÃO PAULO

É um movimento social inter-institucional contra a violência sexual de crianças e adolescentes. Tem como missão articular e mobilizar a sociedade civil e o poder público para combater o fenômeno por meio da análise da situação, prevenção, atendimento, discussão de políticas públicas, fortalecimento do protagonismo juvenil e encaminhamentos jurídicos e psicossociais.

Suas ações estão fundamentadas nos Planos Nacional (Natal-RN, 2000) e Estadual (SP, 2001) de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, com base nos seguintes marcos legais:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90)
- Constituição Federal de 1988, art.227
- Convenção Internacional dos Direitos da Criança

Desenvolve ações nas quinze regiões administrativas do estado: Grande São Paulo, Presidente Prudente, Bauru, Sorocaba, Araçatuba, Araraquara, Franca, Barretos, Vale do Ribeira, Vale do Paraíba, Marília, Baixada Santista, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

## **OBJETIVO GERAL:**

Estabelecer um conjunto de ações articuladas entre a sociedade civil e o governo, tendo como referência o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto – Juvenil.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- ?? Articular os parceiros do Estado de São Paulo para a construção de um trabalho em Rede, fundamentado nas diretrizes do Plano Nacional Contra a Violência Sexual Infanto-juvenil;
- ?? Pesquisar com o objetivo de conhecer e intervir de forma eficaz, na realidade da violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Estado de São Paulo;
- ?? Potencializar as políticas públicas existentes e as alternativas, no combate à violência, exploração e abuso sexual, respeitando as especificidade das quinze regiões do Estado de São Paulo;
- ?? Fomentar a consciência pública na mobilização da sociedade para o enfrentamento da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- ?? Capacitar os diversos profissionais que atuam diretamente com crianças/adolescentes para a identificação e intervenção do fenômeno.

## **EIXOS ESTRATÉGICOS DO PACTO SÃO PAULO:**

### **?? ANÁLISE DA SITUAÇÃO**

Conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o Estado, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática e divulgação de todos os dados e informações à sociedade.

### **?? MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO**

Promover articulações nacionais, regionais e locais pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática e divulgar o posicionamento do Estado.

### **?? ATENDIMENTO**

Atuar em conjunto com Instituições que garantam atendimento especializado e em Rede, às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual.

### **?? PREVENÇÃO**

Assegurar as ações preventivas no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

### **?? DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO**

Garantir um Sistema de Justiça e Segurança, atuando junto aos Conselhos Tutelares, o SIPIA, disponibilizar sistemas de notificação e promover a implantação de Delegacias Especializadas de Crimes Contra Crianças e Adolescentes.

### **?? PROTAGONISMO INFANTO - JUVENIL**

Apoiar e promover ações onde exista a participação ativa de crianças e adolescentes na defesa de seus direitos.



# **BREVE HISTÓRICO DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL NA BAIXADA SANTISTA**

O abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes apresenta características diferenciadas, a depender do contexto geo-político onde o fenômeno ocorra. Para um enfrentamento eficaz dessa inaceitável violação de direitos torna-se necessário qualificar as ações dos diversos setores da sociedade envolvidos com a questão. É preciso conhecer as diversas formas de manifestação do problema na Baixada Santista e mobilizar a sociedade para seu combate.

A Baixada Santista composta dos nove municípios: Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaem e Peruibe tem as todas as características que identificam algumas formas da manifestação do fenômeno da exploração, abuso sexual e maus-tratos em crianças e adolescentes no Brasil:

- ?? O turismo é a principal atividade econômica da região, triplicando sua população nas estações de temporada, favorecendo a rede da exploração sexual e comercial, elevando o índice de jovens envolvidos com a prostituição, atos infracionais, uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, logo, em situação de extremo risco;
- ?? Grande parte da população vive em condições precárias de saneamento, expostos a riscos de deslizamentos ou inundações. Estas famílias com elevado número de crianças e adolescentes também enfrentam dificuldades relativas ao desemprego, a miséria social, a gravidez precoce, explicitando ainda a ausência de perspectivas melhores.
- ?? Maior Porto da América Latina, local de grande movimento de prostituição, intenso fluxo de trabalhadores portuários e caminhoneiros, contribuem para o fortalecimento da prostituição infanto-juvenil.
- ?? A população fixa de algumas cidades da região tem como atividade básica o setor terciário, representando pela demanda de serviços, empregos domésticos, além de subempregos e trabalhos ocasionais, com baixo nível de remuneração.
- ?? Grande número de crianças e adolescentes em situação de rua, que saem de casa, onde em geral, foram vítimas de violência física e/ou sexual ou submetidas a situações de extrema miséria ou negligência, e passam a sobreviver nas ruas, usando o corpo como mercadoria para obter afeto e sustentação.

Desde a década de 90 a região de mobiliza em torno da garantia dos direitos infanto-juvenis. Pudemos contar, por exemplo, com o Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que durante seis anos buscou fortalecer a participação da sociedade civil organizada e a integração das diferentes iniciativas de implementação e fortalecimento do ECA.

A partir da formulação do Plano Nacional de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil (Natal-RN, junho/00) e do Plano Estadual (SP, abril/01), as Prefeituras Municipais de Cubatão, Guarujá, Praia Grande e Santos, o CMDCA de Cubatão e as ONGs CAMARÁ e ASPPE promoveram evento regional – Pacto São Paulo Pólo Baixada Santista, para assinatura do Termo de Adesão ao Pacto São Paulo por autoridades da região (Unimonte, Santos, maio/01). Contamos com a presença da assistente social Eva Faleiros (CECRIA), que nos apresentou os resultados de sua então mais recente pesquisa, sobre o papel dos diversos atores sociais da rede de proteção à criança ou adolescente vitimizado. Compareceu ainda Salvador Soller do UNICEF. A partir desse evento instituiu-se a Comissão Regional Pacto São Paulo – Baixada

Santista, cujo objetivo central seria o de mobilizar segmentos estratégicos da sociedade local para o combate à violência sexual.

As organizações não governamentais ASPPE, CAMARÁ e NECOM/UniSantos, bem como o *Espaço Meninas* da Prefeitura Municipal de Santos, foram as instituições convidadas pela Secretaria Executiva do Pacto São Paulo a participar do Seminário “*Atores Sociais Articulados: Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*” (Mairiporã, outubro/01). A partir desse evento, a Comissão Regional, composta pelas três ONGs, firmou o compromisso de promover um amplo seminário que resultasse no plano de enfrentamento à violência sexual na região e também um curso de capacitação para os profissionais ligados ao tema.

Além de produzir o presente Plano Metropolitano, o I Seminário Pacto São Paulo – Baixada Santista teve ainda como objetivo promover a articulação dos parceiros da região para a construção de um trabalho em rede, a promoção e potencialização das pesquisas regionais e das políticas públicas existentes, e a mobilização da sociedade como um todo para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil (Unisantos, maio/02).

O Seminário foi marcado pela presença da socióloga Marlene Vaz, que sensibilizou a todos com sua valiosa experiência na pesquisa e intervenção com crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. Foi ainda apresentada a pesquisa realizada pelo NECOM/UniSantos “Estudo Exploratório sobre a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes na Baixada Santista”, analisando os casos registrados e atendidos nos Conselhos Tutelares e Programas Sentinela da região no ano de 2001. Participaram mais de 500 pessoas das áreas da saúde, educação, assistência, justiça e segurança, conselheiros tutelares e de direitos, profissionais de ONGs e estudantes universitários. O evento foi concluído com a realização de oficinas temáticas sobre os eixos estratégicos que compõem o Plano Nacional e Estadual, resultando na elaboração conjunta desse Plano Metropolitano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Baixada Santista.

Um dos desdobramentos da Oficina de Protagonismo Infanto-juvenil realizada no seminário foi a instalação do Fórum Juvenil Pacto São Paulo, com jovens de diversos municípios da Baixada, que seguem promovendo encontros e discussões sobre violência em geral, e sobre a violência sexual em particular.

A Oficina de Análise da Situação também teve desdobramento com a realização da pesquisa “Diagnóstico da rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual na Região Metropolitana da Baixada Santista”, iniciada no 2º semestre de 2002 e ainda em andamento.

O curso de capacitação promovido pela Comissão Regional, “*Violência sexual contra crianças e adolescentes: como identificar e como trabalhar*”, foi desenvolvido simultaneamente em dois municípios, de maneira a contemplar melhor a região (UNAERP - Guarujá e FATEC - Praia Grande, agosto/02).

Abaixo um breve histórico do *Espaço Meninas*, que além de ser o mais antigo, é um trabalho de destaque no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em nossa região. A seguir, o histórico do envolvimento de cada componente da Comissão Regional com a questão.

## ?? Espaço Meninas

A Seção de Atenção a Criança e Adolescente Vítima de Exploração Sexual – Espaço Meninas é gerenciado pela Secretaria Municipal de Ação Comunitária e Cidadania (SEAC) responsável pela execução da política de Assistência Social no município de Santos, que desde 1993 desenvolve ações de enfrentamento contra a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Em março de 1993 foi implantado o Projeto Meninas de Santos com apoio financeiro e político do UNICEF e do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Projeto Meninas de Santos foi estruturado a partir de uma análise situacional realizada por profissionais da rede de atenção à criança e ao adolescente em situação de risco social da SEAC. O Projeto tinha como objetivo principal a efetiva mudança da condição de vida das crianças e adolescentes vítimas da “prostituição”, através de uma metodologia que inicialmente mapeou os pontos de prostituição no centro da cidade de Santos identificando e estabelecendo vínculo com as jovens prostituídas. Posteriormente, organizou oficinas de salão de beleza, sexualidade, artesanato, expressão corporal, acompanhamento pedagógico, médico e odontológico visando prioritariamente o fortalecimento das crianças e adolescentes em sua capacidade de tomar decisões e o desenvolvimento de alternativas de profissionalização e subsistência.

No decorrer dos anos o Projeto Meninas de Santos foi se consolidando, em 20 de outubro de 1997 foi contemplado com nova sede exclusiva, adequada no seu espaço físico e com localização estratégica para suprir a sua demanda. Nesta referida data o Projeto Meninas de Santos torna-se Projeto *Espaço Meninas* concretizando os anseios da administração pública em transformar a unidade social como referência para o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil.

No período de 1998 a 2000 o Projeto Espaço Meninas processou alterações importantes nos seus objetivos e na sua metodologia de trabalho. Redirecionou suas ações compreendendo que as crianças e os adolescentes eram vitimizados e vulnerabilizados, levados a vivenciar situações de risco. A terminologia “prostituição infanto-juvenil” foi substituída por exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Foi a partir do ano de 2000 que o Espaço Meninas incorporou uma nova metodologia que se propunha para a população atendida, o fortalecimento e a (re)construção da auto-estima, a inclusão social, a garantia de direitos e a construção de novos projetos de vida que não contemplavam a exploração sexual comercial e a exploração do trabalho infantil.

Em dezembro de 2000 a SEAC é indicada pelo Ministério da Previdência e Ação Social através da Secretaria de Estado da Assistência Social (atual Ministério da Assistência Social) a implantar o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em situações circunstanciais ou conjunturais de risco ou de extremo risco, denominado Programa Sentinela.

O município de Santos foi o primeiro do estado de São Paulo a implantar o Programa, no dia 18 de maio de 2001, em parceria com uma ONG – Associação Santista de Pesquisa Prevenção e Educação (ASPPE). O Programa Sentinela foi inaugurado e se incorporou ao Espaço Meninas, estabelecendo duas frentes intrínsecas de intervenção para o enfrentamento da violência sexual. Além do enfrentamento da exploração sexual que era desencadeado pelo Espaço Meninas, o Programa Sentinela passou a atender situações de abuso sexual infanto-juvenil. A articulação dos projetos resultou no estabelecimento de um centro de referência único para o desenvolvimento de ações no enfrentamento do abuso sexual e da exploração sexual comercial infanto-juvenil.

# COMISSÃO REGIONAL DO PACTO SÃO PAULO – BAIXADA SANTISTA

Esta comissão, hoje representada por três organizações da sociedade civil, tem por objetivo mobilizar a região para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir dos eixos estratégicos definidos nos Planos Nacional e Estadual. Este coletivo tem promovido seminários, debates, estudos e cursos de capacitação, fomentando a discussão sobre o tema em diversos segmentos e instâncias. A elaboração desse Plano Metropolitano, assim como seu monitoramento e avaliação, se constituem em um de seus principais objetivos.

Apresentamos a seguir um breve histórico da implicação de cada uma dessas organizações com o tema da violência sexual.

## ?? CAMARÁ

O CENTRO CAMARÁ DE PESQUISA E APOIO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, fundado em 1997, realiza atendimento direto à população, priorizando adolescentes em situação de risco pessoal e social. O trabalho está estruturado em três áreas programáticas: Núcleo Psicossocial, Núcleo de Cultura e Núcleo de Pesquisa. Suas principais estratégias de ação são o acompanhamento psicossocial, a participação juvenil, a pesquisa qualitativa e a reflexão permanente sobre a prática. Já celebramos convênios com as três esferas de governo e atualmente contamos com as importantes parcerias do Instituto WCF-Brasil, Instituto Credicard, Fundação Telefônica, Prefeitura Municipal de São Vicente, CMDCA – SV e CONDECA.

Já vínhamos acompanhando algumas adolescentes envolvidas com a exploração sexual em São Vicente, quando em 1999 alcançamos aprovação no Concurso Brasil Criança-Cidadã (Secretaria de Estado da Assistência Social / Ministério da Previdência e Ação Social – SEAS/MPAS) com o *Projeto “As Meninas”*. Tratava-se da realização de um estudo diagnóstico e do acompanhamento de meninas em situação de extremo risco, especialmente vítimas de exploração sexual, com vigência entre novembro/99 e março/00.

Ao final desse período apresentamos os resultados de nosso estudo na forma de Relatório Preliminar no *Workshop “As Meninas”*, mediante considerações de renomados especialistas no tema, com significativa presença de profissionais da Baixada Santista (Cepel/Unesp, abril/00). Tal estudo consta como referência na definição das categorias *risco e extremo risco* no *Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* (SEAS, Brasília, maio/00, versão preliminar), que deu origem ao Programa Sentinela em nível nacional.

A mesma SEAS financiou no Camará o *“Projeto Meninas – fase II”* entre julho e dezembro de 2000, após nossa participação no seminário *Interlocação Técnica para Implementação das Agendas Sociais* (Brasília, maio/00) enquanto experiência exitosa no enfrentamento da situação de extremo risco e exploração sexual. Em junho desse mesmo ano, por indicação do CECRIA, participamos do seminário de elaboração do *Plano Nacional Contra a Violência Sexual Infante Juvenil*, em Natal/RN, ao lado de organizações governamentais e não governamentais de todas as regiões brasileiras, além de várias agências internacionais.

Em 2001 firmamos parceria com o Instituto WCF-Brasil, para o desenvolvimento do "*Projeto Meninas – fase III – Atendimento e Pesquisa*", parceria esta que se mantém até hoje. Nesse período, além de consolidarmos o Camará como importante referência para meninas envolvidas com a prática da exploração sexual, desenvolvemos dois outros estudos:

- ?? *A exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas* (base para a dissertação de mestrado de Lumena C. Teixeira em Psicologia Social, *O outro lado do espelho*, PUC-SP, 2001).
- ?? *Perfil psicossocial de adolescentes atendidas em projeto de prevenção e enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil*, publicada como *Caderno de Pesquisa n° 1 - Pegadas e Sombras* (Ed. Limiar & Camará, 2002).

O Pacto São Paulo, articulação gestada durante o encontro de Natal, desde seu início pôde contar com o apoio do Camará para a mobilização da Baixada Santista. Em abril de 2001 participamos também do seminário que produziu o Plano Estadual (Sesc Vila Mariana), e logo em seguida tomamos a iniciativa de promover na região um evento que resultasse no compromisso público dos prefeitos da Baixada com o enfrentamento da violência sexual. Vários atores sociais e instituições se mobilizaram, e o compromisso foi firmado (Unimonte, maio/01).

Seguíamos atendendo as meninas e realizando nossas pesquisas, enquanto participávamos das ações disparadas pelo Pacto São Paulo com o objetivo de fomentar a articulação de cada região do estado. Como resultado desse trabalho, em conjunto com outros importantes parceiros, pudemos promover o I Seminário Pacto São Paulo – Pólo Baixada Santista, para elaboração do presente Plano Metropolitano (Unisantos, maio/02).

**LUMENA CELI TEIXEIRA**

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa do Camará

**JOÃO CARLOS G. DA FRANCA**

Coordenador Geral

## ?? ASPPE

A Associação Santista de Pesquisa, Prevenção e Educação - ASPPE é uma ONG que desde 1994, vem desenvolvendo na cidade de Santos atividades de prevenção, de assistência e de pesquisa em DST/Aids com as Trabalhadoras do Sexo e seus clientes, Portuários, Caminhoneiros, Homossexuais, Usuários de Drogas e Jovens em Situação de Risco social e pessoal. Tornou-se referência na capacitação em DST/Aids para profissionais como: médicos, psicólogos, assistentes sociais, dentistas, enfermeiros e educadores de todo o Brasil.

Para desenvolver essas frentes de trabalho, estabeleceu convênios com Ministério da Saúde, Coordenação Estadual de DST/Aids, Prefeitura Municipal de Santos, Empresas, Escolas, USAID, CAPS, Universidade da Califórnia, Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UNISANTOS, Faculdade de Ciências Médicas de Santos, ONGs locais e de outras cidades.

Foi idealizadora na implantação de um Centro de Tratamento para crianças portadoras de HIV e Aids na cidade de Santos (NIC). Organizou em abril de 2000, a "III Conferência Internacional sobre Infecção pelo HIV em Mulheres e Crianças".

Além destas atividades direcionadas para a área específica da saúde HIV/Aids, a ASPPE vem desenvolvendo serviços de consultoria, supervisão e treinamento a ONGs, Instituições Governamentais, Empresas, Escolas e Universidades, enfocando também outras questões como: estratégias de ação em campo, contracepção, gravidez, sexualidade, prostituição, ética e legislação, cidadania, entre outros.

De 1997 a 2001 desenvolveu o projeto: “Atenção à Saúde da Criança e Adolescente em Situação de Rua (Projeto Pequeno Cidadão)”, desenvolvendo sua atividade na cidade de Santos (com financiamento do Ministério da Saúde). Este projeto aglutinou jovens de toda a Baixada Santista, bem como de todo país, devido sua característica de conter o maior porto da América Latina, mesclando a realidade de grande cidade e praia.

Neste período, na busca da preservação da cidadania dos meninos e meninas em situação de risco “bio-psico-social”, construímos interface com diferentes segmentos da sociedade civil que assistem estes jovens: na saúde, na assistência social, na educação, na justiça e outros.

Desde o ano de 2001, até o presente momento, a ASPPE executa 02 projetos com recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos, sendo uma capacitação para profissionais e educadores que atendem jovens na rede pública e privada e uma pesquisa para conhecer os órfãos da Aids.

Durante esse mesmo período a ASPPE vem executando o Programa Sentinela, em parceria com o poder público, nos municípios de Santos, Guarujá e Bertioga.

Em abril de 2001 participamos do seminário que produziu o Plano Estadual, e logo em seguida, através da implantação do Programa Sentinela e inauguração do Centro de Referência para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em parceria com a Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania do Município de Santos, colaboramos com a promoção do evento que resultou no compromisso público dos prefeitos da Baixada com o enfrentamento da violência sexual.

Em maio de 2002, em conjunto com outros parceiros que compõem a Comissão Regional, promovemos o I Seminário Pacto São Paulo – Pólo Baixada Santista, para elaboração deste Plano Metropolitano de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. A ASPPE participa ainda das Comissões Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nos três municípios onde executa o Programa Sentinela.

**REGINA MARIA LACERDA**

Diretora Técnica

**IVANIR COCCHI**

Coordenadora do Programa Sentinela  
Guarujá e Bertioga - ASPPE

## ?? **NECOM**

O Núcleo de Extensão Comunitária da Universidade Católica de Santos – NECOM, criado em 1988, é um órgão interdisciplinar, ligado à Pró-Reitoria Comunitária, e formado por professores/supervisores e estagiários de vários Cursos, Departamentos e Faculdades:

Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Farmácia, Serviço Social, História, Geografia, Direito, Fisioterapia, Nutrição e Comunicação.

Tendo como principal objetivo colocar em prática o compromisso social e filantrópico da UniSantos, por meio da Extensão Comunitária, o NECOM possibilita a interligação do ensino e da pesquisa às demandas da sociedade. Com uma proposta pedagógica alicerçada numa perspectiva dialética de construção do conhecimento, o NECOM coloca o saber acadêmico a serviço da comunidade, visando contribuir com a construção de uma sociedade mais ética e igualitária, por meio da conscientização da população sobre a importância de seu protagonismo social e histórico e da inserção dos alunos na realidade.

Para atingir seus objetivos, a ação do NECOM se estrutura em diferentes níveis:

- projetos de intervenção direta em bairros carentes dos municípios de Guarujá (Praia de Santa Cruz dos Navegantes), São Vicente (Vila Ponte Nova/Quarentenário, Vila Margarida) e Santos (Zona Noroeste, Vila Santa Casa), voltados para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da comunidade, por meio da sensibilização, conscientização e organização da população, visando ao resgate do papel de sujeito de sua própria história;
- projetos de capacitação ativa e participativa de adolescentes e jovens, visando o fortalecimento do protagonismo juvenil;
- projetos de formação continuada dos diferentes atores sociais envolvidos na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações cidadãs;
- organização de eventos e estabelecimentos de parcerias em campanhas de sensibilização e conscientização da sociedade sobre questões relacionadas ao desenvolvimento social e ao cumprimento dos direitos de cidadania;
- participação ativa na elaboração e construção de políticas públicas de atenção integral aos direitos de cidadania, por meio da representação nos diferentes Conselhos e Comissões Municipais;
- consultorias e assessorias a órgãos públicos e privados, em projetos educacionais e sociais;
- projetos de pesquisa inovadores na educação universitária e de iniciação científica, que visem contribuir com a formação técnica dos acadêmicos e com a capacitação de profissionais-cidadãos.

Comprometido com a transformação social e procurando promover a união entre teoria e prática, o NECOM participa ativamente do processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente na Região Metropolitana da Baixada Santista desde 1991.

Colaborando com os primeiros estudos sobre a realidade municipal com relação às crianças e adolescentes, desenvolvidos pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santos, o NECOM integrou o primeiro Conselho Municipal dos Direitos, como representante das entidades de ensino e pesquisa, participando, de forma ativa, na eleição dos primeiros Conselhos Tutelares. Atuou ainda no Fórum Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que desencadeou a criação dos Conselhos de Direitos e Tutelares nos demais municípios da região.

Em 1993, o CMDCA, preocupado com a realidade da exploração sexual infanto-juvenil, principalmente na região do cais do Porto de Santos, desvelada pelos diferentes projetos de enfrentamento ao problema da AIDS (Santos, naquela época, liderava o número de notificações da doença no país), propôs ao NECOM a realização de uma pesquisa, com vistas ao conhecimento mais aprofundado da questão e à construção de uma política de atendimento adequada às necessidades locais.

Realizada neste mesmo ano, em parceria com o UNICEF, e coordenada pela Profa. Me. Maria Izabel Calil, com a participação de estagiários-pesquisadores de várias áreas, a pesquisa foi publicada sob o título "Violência e Prostituição na Infância e Adolescência", na Revista Leopoldianum / Estudos e Comunicações, Vol. XX. No. 57, Agosto de 1994, p. 84 a 104. Seus resultados subsidiaram as ações do Projeto "Meninas de Santos", desenvolvido pela Prefeitura

Municipal de Santos e UNICEF, na região central da cidade, com o objetivo de atuar junto a meninas e jovens em situação de prostituição.

Os dados desta pesquisa forneceram as bases para a análise do trabalho de crianças e adolescentes na rota da exclusão, incluído do Caderno Número 2 da Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente "Trabalho do Adolescente: Mitos e Dilemas", publicado em maio de 1994, pelo IEE/Instituto de Estudos Especiais da PUC -SP e FUNDACENTRO/Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho. E foram apresentados no Seminário contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes das Américas, em 1996, integrando as propostas levadas para Estocolmo.

Também em 1996, elas foram incluídas no Pacto Metropolitano pela Infância, carta de compromisso com a efetiva implantação do ECA, proposta pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e ratificado pelo Prefeitos dos 9 municípios da região, que, infelizmente, muito pouco saiu do papel.

A dificuldade em fazer cumprir as propostas apontou a necessidade de investir no protagonismo juvenil, preparando adolescentes e jovens para assumir o papel de cidadãos ativos, construtores e fiscalizadores do sistema de atendimento, processo desencadeado pelo MNMMR e ALIA/Associação Libertária da Infância e Adolescência, a partir de 1988, a que o NECOM se agregou como parceiro.

O trabalho do NECOM no enfrentamento à violência sexual e demais formas de violação dos direitos infanto-juvenis, levou a Comissão Executiva Estadual do Pacto São Paulo convidar o NECOM para integrar a Comissão Regional do Pacto São Paulo – Pólo Baixada Santista, instalado em maio de 2001.

Na qualidade de membro da Comissão Regional, o NECOM tem procurado colaborar de forma efetiva com os eixos Análise da Situação, Mobilização e Articulação, Prevenção e Protagonismo Juvenil. Para isto, tem desenvolvido diversas ações:

- realização da pesquisa "Estudo Exploratório sobre a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes na Baixada Santista", apresentada no Seminário de Articulação do Pacto São Paulo, em maio de 2002, no Campus Vila Mathias da UniSantos;
- realização da pesquisa "Diagnóstico da Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual na Região Metropolitana da Baixada Santista", iniciada no segundo semestre de 2002, em fase de análise dos resultados;
- organização de eventos de mobilização e articulação, com os demais membros da Comissão Regional;
- organização de grupos de estudos, pesquisas, projetos de iniciação científica e trabalhos (inclusive de Conclusão de Curso) sobre o tema da Violência Sexual nos diferentes Cursos da Universidade;
- participação ativa na implantação do Fórum Regional Juvenil contra a Violência / Pacto São Paulo – Baixada Santista, espaço de efetivo exercício do protagonismo juvenil;
- integração da Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Santos, como representante da sociedade civil.

Com este trabalho, a Universidade Católica de Santos, através da atuação do NECOM na Comissão do Pacto São Paulo - Pólo Baixada Santista, acredita estar cumprindo sua missão de produção e divulgação do conhecimento e seu compromisso de contribuir para o enfrentamento das graves questões que atingem a população infanto-juvenil.

**MARIA IZABEL CALIL**  
Professora e supervisora

**VERA LÚCIA ALVES DOS SANTOS**  
Professora e supervisora



## **TERMO DE ADESÃO**

### **"PACTO SÃO PAULO - PÓLO BAIXADA SANTISTA"**

A Secretaria Executiva do “**Pacto São Paulo contra a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**”, representada atualmente pela **Visão Mundial, CRAMI-ABCD** e o **CONDECA**, convida esta instituição à firmar **Termo de Adesão**, que tem como princípio norteador a discussão ampliada dos diversos órgãos governamentais e não governamentais, para gerir e propor ações efetivas no combate ao fenômeno, seguindo a política de proteção e defesa dos interesses e direitos da criança e o adolescente de acordo com a **Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente** – da Constituição Federal do Brasil, bem como as Normativas, Declarações e Pactos Internacionais e Nacionais, as Leis de âmbito Federal, Estadual e Municipal que tratam da questão ou que promovem o valor a vida, a dignidade e o respeito para o pleno desenvolvimento da Infância e Juventude. Especificamente atuar conforme o **Plano Nacional Contra a Violência Sexual Infanto-Juvenil**, que tem como eixos estratégicos: Análise da Situação de cada estado; Articulação e Mobilização da sociedade; Atendimento; Prevenção; Defesa e Responsabilização; Protagonismo Infanto-Juvenil, onde em linhas gerais este movimento tem como ações:

- ⚡️ Diagnosticar a realidade do Estado no que se refere ao abuso e exploração sexual, através da *Análise da Situação* e utilização do referencial metodológico do Banco de Dados Nacional da RECRIA/CECRIA;
- ⚡️ Fortalecer a Rede Nacional RECRIA/CECRIA através do cadastramento de projetos, programas e ações das instâncias (governamentais e não governamentais), proporcionando uma interligação com as 15 Regiões do Estado, sendo a sede/provedor a central da Região Metropolitana;
- ⚡️ Fortalecer os Fóruns de Direitos , Conselhos de Direito e Tutelares . Como forma de representação da sociedade civil organizada.
- ⚡️ Estruturar as parcerias do Pacto São Paulo através de eixos estratégicos com ações integradas nas áreas de: Atendimento; Prevenção; Defesa e Responsabilização; Protagonismo Infanto – juvenil;
- ⚡️ Mobilizar o Estado de São Paulo, através de Campanhas, Capacitações, Publicações de cartilhas, folder, Fóruns e Seminários;
- ⚡️ Divulgar o Disque Denúncia Nacional - M.J./ABRAPIA, através da Unidade de Referência Estadual que fará o monitoramento das denúncias;

Capacitar profissionais que atuam com crianças e adolescentes nas 15 Regiões do Estado de São Paulo, para formar agentes multiplicadores na intervenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Assim firmamos abaixo, na condição peculiar de formalizar um Termo de Compromisso, especificando o papel de cada instituição dentro desse processo.

## PLANO METROPOLITANO - BAIXADA SANTISTA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

<b>EIXO - ANÁLISE DA SITUAÇÃO</b>						
Objetivos	Ações	Metas	2002	2003	2004	Parcerias
1. Identificar causas, fatores de vulnerabilidade e modalidades de violência sexual em um cenário mais amplo de violência, contemplando o contexto cultural e socioeconômico.	1.1. Realizar pesquisas quantitativas e qualitativas regionais/focais sobre a incidência, as modalidades, as causas/fatores da violência sexual como: exploração sexual comercial (tráfico, turismo sexual, pornografia e prostituição) e abuso sexual familiar e extrafamiliar.	<p><del>///</del> Realizar uma pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes que integre os nove municípios da Baixada Santista, identificando e caracterizando o perfil dos agressores e das redes de exploração sexual comercial;</p> <p><del>///</del> Realizar oficinas na Baixada Santista com estudiosos do tema (Universidades, Institutos e Núcleos de Pesquisa);</p> <p><del>///</del> Sensibilizar as universidades locais para criação de Núcleos de Pesquisa voltados ao estudo das questões sociais, incluindo o tema da exploração e abuso sexual infantil;</p> <p><del>///</del> Realizar curso de capacitação em Pesquisa Social, visando a sistematização de dados para melhor conhecimento da realidade local;</p> <p><del>///</del> Realizar encontros regionais dos Conselhos Tutelares para elaborar</p>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	Universidades, Centros de Pesquisa, ONG's IBGE, IPEA, Fiocruz, UNICEF, OIT, UNESCO, UNIFEM, OMS, Programas Nacional e Municipais de Combate à AIDS, CONANDA, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, Conselhos Tutelares, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/DCA Secretaria Nacional de Assistência Social (SEAS), Ministério da Saúde Governos Estaduais e Municipais, IML FAPESP/CAPES

		instrumentos unificados de coleta de dados, visando alimentar e integrar pesquisas em âmbito regional.		X		CNPQ
2. Diagnosticar a situação e as condições do enfrentamento da violência sexual, contextualizada a outros tipos de violência, pelo governo e ONG's.	<p>2.1. Identificar as lacunas existentes no sistema de garantia de direitos, nas políticas sociais, na legislação, nas redes de enfrentamento e na metodologia de intervenção.</p> <p>2.2. Levantar a estrutura física e dos recursos técnicos e materiais existentes para a implementação e manutenção do sistema de garantia de direitos e da rede de serviços especializados para as vítimas da violência sexual.</p>	<p><del>///</del> Levantar e analisar a demanda de cada município para subsidiar a criação, manutenção e ampliação de programas de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes;</p> <p><del>///</del> Levantar o perfil dos profissionais envolvidos com o segmento;</p> <p><del>///</del> Integrar, em nível local e regional, os programas já existentes, visando um trabalho mais eficaz, articulado em rede;</p> <p><del>///</del> Criar um Banco de Dados Regional;</p> <p><del>///</del> Garantir maior proximidade e fiscalização dos CMDCA's quanto às políticas e programas de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.</p>	X	X  X  X  X		Universidades, Centros de Pesquisa, ONG's IBGE, IPEA, Fiocruz, UNICEF, OIT, UNESCO, UNIFEM, OMS, Programa Nacional e Municipais de Combate à AIDS, CONANDA, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, Conselhos Tutelares Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/DCA, Secretaria Nacional de Assistência Social (SEAS), Ministério da Saúde Governos Estaduais e Municipais, Varas da infância e Adolescência, ABMP, Defensorias Públicas, DRADS,

						CEDECA , CMAS
3. Proceder ao levantamento dos recursos financeiros necessários à execução do Plano Metropolitano de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Pacto São Paulo / Pólo Baixada Santista.	<p>3.1 Levantar as dotações orçamentárias, fundos e recursos financeiros, para o enfrentamento da violência sexual na região.</p> <p>3.3. Garantir recursos orçamentários dos Municípios e de outras fontes para a execução do Plano Metropolitano Pacto São Paulo – Baixada Santista.</p>	<p><del>///</del> Inventariar os recursos financeiros (dotações orçamentárias e fundos municipais) existentes em cada município para o enfrentamento da violência sexual;</p> <p><del>///</del> Estimular e apoiar ações dos Conselhos Municipais que resultem em planos de captação de recursos para os fundos municipais e garantam a utilização desta verba para o Plano Metropolitano;</p> <p><del>///</del> Divulgar para a Baixada Santista, através da mídia (TV, rádio, jornal), a possibilidade de doação de recursos ao FMDCA mediante dedução do imposto de renda.</p>	X	X	X	<p>CONANDA, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, Empresas, indústrias, escolas particulares, organizações do comércio e de bairros, instituições religiosas, ONGs, governos estadual e municipais, SEAS, DRADS, DIR</p>

<p>4. Monitorar e avaliar o Plano Metropolitano de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Pacto São Paulo / Pólo Baixada Santista.</p>	<p>4.1. Criar instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Metropolitano Pacto São Paulo – Baixada Santista.</p> <p>4.2. Avaliar os resultados e identificar desafios na execução do Plano Metropolitano Pacto São Paulo – Baixada Santista.</p>	<p><del>///</del> Criar um Fórum Regional para monitoramento do Plano Metropolitano, levantamento das demandas e formulação de propostas a cada trimestre;</p> <p><del>///</del> Monitorar anualmente o índice de denúncias ocorridas em cada município;</p> <p><del>///</del> Monitorar e avaliar aualmente o uso dos recursos financeiros destinados ao Plano Metropolitano, juntamente com os atores sociais responsáveis por tais informações e encaminhamentos.</p>	<p><b>X</b></p>	<p><b>X</b></p> <p><b>X</b></p>		<p>Universidades, Centros de Pesquisa, ONG's, SEADS, DCA/MJ, SEAS, CONANDA, Conselhos de Direitos Estaduais, Conselhos de Direitos Municipais, Conselhos Tutelares DRADS</p>
<p>5. Veicular informações sistematizadas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento.</p>	<p>5.1. Sistematizar as pesquisas realizadas, produção de dados estatísticos e consolidação de Bancos de Dados com base nas informações de OGS, ONGs e Agências Internacionais que atuam na área da violência sexual.</p> <p>5.2. Disponibilizar informações para subsidiar os Conselhos de Direitos em</p>	<p>?? Garantir acesso aos resultados das pesquisas e estudos através de publicações, site, boletim eletrônico;</p> <p><del>///</del> Instrumentalizar as instituições e seus profissionais do ponto de vista técnico e material, para melhor desempenho de suas funções, sistematização e troca de informações.</p>		<p><b>X</b></p> <p><b>X</b></p>		<p>CONDECA, Universidades, DCA/MJ – SEAS, UNICEF, OIT, Bancos de Dados, ONG's, Fórum DCA. Fórum Nacional Pelo Fim da Violência, Jornais e Tvs locais, provedores de internet.</p>

	suas várias instâncias, os Conselhos Setoriais, organismos governamentais e não governamentais.					
--	---	--	--	--	--	--

EIXO - MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO						
Objetivos	Ações	Metas	2002	2003	2004	Parcerias
1. Comprometer a sociedade civil e o Poder Público no enfrentamento da violência sexual.	1.1 Promover campanhas em nível regional e municipal, visando a mudança de concepções, práticas e atitudes que estigmatizam a criança e o adolescente em situação de violência sexual.	?? Realizar campanha, em nível regional e municipal, para divulgar o “Disque-Denúncia” e demais serviços de assistência às vítimas;		X	X	Ministério da Justiça/DCA Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania MPAS – Agências Internacionais – EMBRATUR Secretaria Nacional de Assistência Social (SEAS), Secretaria Estadual e Municipais de Assistência Social Ministério da Educação Secretaria Estadual e Municipais da Educação Ministério da Saúde Secretaria Estadual e Municipais de
		?? Realizar Fóruns bimensais nos vários municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista;		X	X	
	1.2 Elaborar projetos educativos que visem a formação e a valorização da dignidade humana em todas as suas dimensões, em particular o direito ao exercício de uma sexualidade saudável e responsável.	?? Utilizar os espaços de capacitação profissional para mobilizar e conscientizar os diferentes segmentos sociais sobre a importância de seu envolvimento no enfrentamento da violência sexual;	X	X	X	
	1.3 Criar mecanismos para informação sobre a violência sexual.	?? Criar, nas <i>home pages</i> dos órgãos públicos, um campo com informações sobre a violência sexual, destinado aos setores da imprensa;			X	
		?? Divulgar, semestralmente, os dados			X	

	<p>1.4 Comprometer a mídia com a problemática da violência sexual.</p> <p>1.5 Articular, mobilizar e comprometer os representantes dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em nível regional e municipal.</p>	<p>do Sistema Nacional de Notificação, nos meios de comunicação;</p> <p>?? Garantir o cumprimento do texto assinado por todos os prefeitos, vereadores, juizes e promotores da infância e juventude na região, como signatários da Carta Compromisso Pacto São Paulo – Pólo Baixada Santista.</p>	X	X	X	<p>Saúde CONANDA Conselho Estadual e Municipal de Direitos e Setoriais SIPIA, ACTESP Conselhos Tutelares Universidades, ANDI, ONG's AGEM, CONDEBS UNICEF, OIT UNESCO, OMS Governos Municipais, Igrejas, Clubes de Serviço, IML, Fundo Social.</p>
<p>2. Fortalecer articulações regionais e locais no combate e eliminação da violência sexual.</p>	<p>2.1. Fortalecer articulações regionais e locais no combate e eliminação da violência sexual.</p>	<p>?? Articular, em níveis municipal, regional, estadual e nacional, os Conselhos, Fóruns, ONGs e outras organizações representativas da sociedade;</p> <p>?? Criar redes regionais de enfrentamento da violência sexual;</p> <p>?? Descentralizar as ações do Pacto São Paulo para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em nível regional e em todos os municípios da Baixada Santista;</p>	X	X	X	<p>CONANDA, Conselhos de Direitos, Conselhos Setoriais Conselhos Tutelares Fóruns de Defesa de Direitos, Governos Municipais, Legislativo/ Frentes Parlamentares, ONG's Universidades</p>



		?? Reativar o Fórum Regional da Criança e do Adolescente da Baixada Santista, consolidando-o como espaço de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.	X	X	
3. Divulgar o posicionamento da Região Metropolitana da Baixada Santista em relação ao turismo sexual e ao tráfico para fins sexuais.	3.1 Sensibilizar profissionais da mídia, da indústria do turismo e da diplomacia para a prevenção e o combate à violência sexual.	<p>?? Divulgar nas agências de turismo locais, junto aos turistas (brasileiros e estrangeiros), sindicatos de hotéis, restaurantes, bares e similares, informações sobre a legislação relativa aos crimes sexuais e à proteção de crianças e adolescentes;</p> <p>?? Consultar o e-mail <a href="mailto:codeseecretariat@world-turism.org">codeseecretariat@world-turism.org</a> para elaboração do Código de Conduta Regional e Passaporte da Cidadania, destinado a turistas estrangeiros, embarcados, trabalhadores da área portuária e caminhoneiros, com informações sobre os crimes sexuais e suas implicações pessoais, sociais e judiciais.</p>	X	X	<p>EMBRATUR Ministério da Justiça/DCA Ministério das Relações Exteriores Governos Municipais CONANDA Conselhos de Direitos Conselhos Setoriais ACTESP Conselhos Tutelares UNICEF Comissões Parlamentares Frentes Parlamentares Fórum DCA Fórum pelo Fim da Violência Sexual Fórum Regional Fóruns Municipais Universidades ONG's</p>

4. Avaliar os impactos e os resultados das ações de mobilização no enfrentamento da violência sexual.	4.1. Produzir mecanismos para apuração de feedback da sociedade sobre a mobilização em torno das ações do Pacto São Paulo – Pólo Baixada Santista.	?? Realizar sondagem de opinião pública sobre as campanhas locais e regionais de enfrentamento à violência sexual;		X	X	Ministério da Justiça/DCA CONANDA Conselhos de Direitos, Conselhos Setoriais, Conselhos Tutelares Fóruns Universidades ONG´s UNICEF
		?? Realizar avaliação continuada (questionários, discussões, relatórios...) dos resultados alcançados pelos órgãos governamentais e não governamentais, na execução de seus programas;		X	X	
	?? Sistematizar dados de avaliação e pesquisa sobre a eficácia e eficiência das políticas públicas e disponibilizá-los de forma atualizada na rede RECRIA/CECRIA.	X	X	X		

### EIXO - ATENDIMENTO

Objetivos	Ações	Metas	2002	2003	2004	Parcerias
1. Garantir a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual.	1.1. Consolidar serviços de atendimento integral e de qualidade às vítimas de abuso e exploração sexual e às respectivas famílias.  1.2 Acolher, orientar e oferecer suporte psicossocial às famílias	?? Estabelecer diagnósticos a partir de avaliação multiprofissional;	X			Ministério da Justiça/ SEAS, Secretarias Estaduais e Municipais, Ministério Público, Judiciário, Defensorias
		?? Oferecer serviços que garantam acolhimento às vítimas no momento do abuso/agressão;	X			
		?? Oferecer serviços que garantam acompanhamento às vítimas aos	X			

	envolvidas em situação de violência sexual.  1.3 Garantir a continuidade e o aperfeiçoamento dos serviços.	trâmites necessários (BO/IML/Inquérito);  ?? Oferecer atendimento familiar integral (psicossocial e jurídico) e quando necessário realizar visitas domiciliares às vítimas que não chegam aos serviços de atendimento;  ?? Evitar a revitimização, preservando a criança ou adolescente vítima de abuso sexual, garantindo um único exame, e criar mecanismos para que o perito preste atendimento no local onde se encontra a vítima;  ?? Oferecer atendimento compulsório ao agressor, a partir de medida judicial;  ?? Garantir o cumprimento da lei em relação ao direito ao aborto em caso de gravidez oriunda de agressão sexual.	<b>X</b>       <b>X</b>		<b>X</b>       <b>X</b>	Públicas, CONANDA, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, Conselhos Tutelares ONG's
2. Promover capacitação teórica e metodológica a profissionais e agentes que atuam em programas de atendimento.	2.1. Capacitar, de forma sistemática e continuada, os profissionais e agentes, a partir de experiências nacionais e internacionais.	?? Desenvolver, permanentemente, programas de formação das equipes de trabalho (focalizar aspectos éticos, multideterminação do fenômeno, enfoque psicossocial e visão multidisciplinar);  ?? Garantir supervisão das equipes de trabalho e da rede de atendimento;	<b>X</b>       <b>X</b>			CONANDA, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, ONG's, Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência e

		?? Capacitar agentes comunitários de saúde para captação dos casos;	X			Saúde, Universidades, Centros de Pesquisa
		?? Sensibilizar e capacitar as equipes dos pronto-socorros, delegacias, escolas, serviços e comunidade em geral, para o enfrentamento do problema.		X		
3. Agilizar os encaminhamentos e fortalecer os diversos atores sociais envolvidos com a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na Baixada Santista.	3.1 Consolidar o trabalho em rede	?? Implementar serviços de atendimento especializados às crianças e adolescentes vitimizadas, às famílias e aos agressores, em todos os municípios da região;			X	CONANDA, Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, Centros de Defesa, Ministério Público, Defensorias Públicas, ONG's, Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência e Saúde, Universidades, Centros de Pesquisa, Condesb, DRADS, DIR
		?? Constituir equipe especializada para atendimento às vítimas de abuso, nas delegacias, que funcionariam 24 h (criação de delegacias especializadas nesse atendimento);			X	
		?? Articular parcerias com o Ministério Público;	X			
		?? Criar formulário único de atendimento para o trabalho em rede;			X	
		?? Padronizar conceitos e nomenclatura quanto aos tipos de violência;	X			
		?? Notificar todos os casos de abuso e exploração sexual ao Conselho Tutelar de cada município;	X			

		?? Fomentar o trabalho em equipe multidisciplinar no atendimento, discussão e monitoramento dos casos da região.		X		
--	--	--	--	---	--	--

<b>EIXO - PREVENÇÃO</b>						
<b>Objetivos</b>	<b>Ações</b>	<b>Metas</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Parcerias</b>
1. Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos, visando ao fortalecimento da sua auto-estima e defesa contra a violência sexual.	1.1. Promover a inclusão de conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e de prevenção à violência sexual nos currículos de toda a rede de ensino e em todos os níveis;  1.2 Apoiar iniciativas que visem a promoção da saúde nas escolas, centros comunitários, organizações não governamentais e outros espaços freqüentados por crianças e adolescentes.  1.3 Planejar e desenvolver estratégias de comunicação (TV, rádio, jornal, internet e outros) para divulgar os direitos das crianças e dos adolescentes (ECA).	<del>///</del> Incluir o ECA nos conteúdos escolares.		X	X	Ministério da Educação Secretarias Estaduais e Municipais de Educação - CONANDA Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais Sindicatos de professores - Federação das escolas particulares Associações de pais Grêmios estudantis Grupos Juvenis Jornais, Rádios e TVs locais ONGs
		<del>///</del> Estimular a veiculação das questões que envolvem a violência sexual, nos currículos escolares (tema transversal).		X	X	
		<del>///</del> Instrumentalizar professores e educadores para identificação e intervenção nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes nas escolas.	X	X	X	
		<del>///</del> Promover capacitação para educadores e professores que atuam na rede da pública e privada de ensino.	X	X	X	
		<del>///</del> Promover a inclusão do tema da violência sexual infanto-juvenil nas reuniões de pais e mestres em escolas públicas e privadas.	X	X	X	

<p>2. Criar políticas públicas para o enfrentamento dos fatores de risco da violência sexual.</p>	<p>2.1 Garantir prioridade absoluta ao acesso, permanência e sucesso escolar a todas as crianças e adolescentes.</p> <p>2.2 Promover a inclusão de crianças, adolescentes e familiares vitimizados sexualmente aos serviços de Saúde, de Assistência Social, de Educação, de Cultura, de Esporte, de Lazer, da Justiça, da Segurança Pública e outros.</p> <p>2.3 Garantir capacitação e supervisão sistemática aos profissionais que atuam com o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil nas áreas de atendimento, defesa e responsabilização.</p>	<p><del>///</del> Criar e ampliar programas de profissionalização e geração de renda para adolescentes;</p> <p><del>///</del> Implantar espaços de cultura, lazer e esporte para crianças e adolescentes, inclusive nos finais de semana e feriados;</p> <p><del>///</del> Criar programas de intervenção para crianças e adolescentes que trabalham e ou vivem nas ruas, em todos os municípios da região;</p> <p><del>///</del> Estabelecer programas em toda a região para garantir às vítimas de violência sexual atendimento adequado para profilaxia das DST/Aids, contracepção de urgência e aborto legal;</p> <p><del>///</del> Incluir nos programas de atenção a crianças e adolescentes, ações que promovam e valorizem a auto-estima.</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>Órgãos públicos executores de políticas sociais, nacionais, estaduais e municipais CONANDA Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais Conselhos Tutelares Ministério Público Conselhos Setoriais Estaduais e municipais FORUM PETI Universidades, Centros de Pesquisa, Secretarias da Educação ONGs</p>
<p>3. Promover o fortalecimento das redes familiares e comunitárias para</p>	<p>3.1. Envolver as redes familiares e comunitárias na prevenção da violência sexual.</p>	<p><del>///</del> Incluir o tema da prevenção à violência sexual em todos os trabalhos de grupo com famílias;</p> <p><del>///</del> Incluir o tema da violência sexual nos</p>		<p>X</p>	<p>X</p>	<p>Órgãos públicos executores de políticas sociais, estaduais e municipais</p>

a defesa de crianças e adolescentes contra situações de violência sexual.	3.2 Fortalecer as organizações comunitárias para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.	programas de planejamento familiar e de pré-natal;	X	X	X	Conselhos Tutelares Organizações comunitárias ONG's Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais Conselhos Tutelares Ministério Público Conselhos Setoriais Estaduais e municipais Universidades, Centros de Pesquisa,
	3.3 Criar e ampliar programas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, valorizando as metodologias que envolvam o universo familiar e comunitário.	<del>///</del> Promover a formação de agentes multiplicadores nas comunidades para o desenvolvimento de ações preventivas contra a violência sexual infanto-juvenil, considerando as especificidades e características locais;	X	X	X	
		<del>///</del> Realizar oficinas com a população das comunidades para discutir o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes;	X	X	X	
		<del>///</del> Promover campanhas de sensibilização junto à comunidade, para estimular e desencadear denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes;		X	X	
3.4 Sensibilizar e mobilizar a sociedade na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.	<del>///</del> Articular com o poder público e a com iniciativa privada recursos financeiros para o desenvolvimento de trabalhos educativos visando o enfrentamento da violência sexual nas escolas, centros comunitários e unidades sociais;		X	X		
	<del>///</del> Articular com as empresas o desenvolvimento de atividades de prevenção à violência através das CIPAS.	X	X	X		

<p>4. Informar, orientar e capacitar continuamente os diferentes atores envolvidos na prevenção à violência sexual.</p>	<p>4.1. Desenvolver capacitações sistemáticas aos profissionais que trabalham com o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil nas áreas de atendimento, defesa e responsabilização.</p> <p>4.2 Promover campanhas permanentes em toda a região, conscientizando a sociedade sobre sua responsabilidade na proteção das crianças e dos adolescentes.</p> <p>4.3 Criar um Fórum Regional composto por diversos segmentos da sociedade civil organizada e do poder público para monitorar e avaliar a execução do Plano Metropolitanano.</p>	<p><del>///</del> Divulgar e publicizar informações e dados sobre violência sexual contra crianças e adolescentes existentes junto aos órgãos competentes, para envolver e sensibilizar toda a região para essa problemática;</p> <p><del>///</del> Desenvolver projetos e estabelecer metas voltadas a todos os atores sociais, orientando, alertando e dando acesso a uma rede de informação e assistência;</p> <p><del>///</del> Incentivar a construção de uma rede regional para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>Secretarias Estaduais e Municipais de Educação CONANDA - Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais DRADS, DIR Conselhos Tutelares Ministério Público Conselhos Setoriais Estaduais e municipais Universidades, Centros de Pesquisa, ONGs Jornais, Rádios e TVs locais</p>
<p>5. Promover a prevenção contra a violência sexual na mídia e em espaço cibernético.</p>	<p>5.1. Ocupar espaços na mídia e na Internet para promover a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.</p>	<p>?? Incluir o tema da violência sexual em programas já existentes no rádio e na TV, e em suplementos para jovens em jornais de grande circulação.</p> <p>?? Criar na Internet <i>sites</i> de ajuda mútua</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>Órgãos públicos executores de políticas sociais nacionais, estaduais e municipais CONANDA -</p>



	5.2 Divulgar, através dos meios de comunicação à sociedade, os serviços de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes existentes na região.	e de orientação sobre violência sexual, destinado às crianças, aos adolescentes e suas famílias.		X	X	Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais Conselhos Tutelares Ministério Público Conselhos Setoriais Estaduais e municipais
		?? Divulgar, em todos os meios, os sites para denúncia de pedofilia e de pornografia infanto-juvenil existentes na Internet.	X	X	X	
		?? Orientar sobre o tema da violência sexual crianças, adolescentes e famílias que tenham acesso ao mundo da informática, através da divulgação de links com home-pages e salas de discussão mantidas pelas redes de proteção.		X	X	Órgãos estaduais e municipais de políticas públicas ONG's Provedores da Internet OAB Universidades Jornais, Rádios e TVs locais
		?? Promover campanhas para sensibilização da sociedade quanto à influência da mídia em novelas, desenhos, propagandas e outros, com relação à erotização infanto-juvenil.		X	X	

<b>EIXO - DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO</b>						
<b>Objetivos</b>	<b>Ações</b>	<b>Metas</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Parcerias</b>
1. Assegurar que a legislação penal contemple todas as situações de violência sexual,	1.1. Mobilização com vistas a mudanças na legislação vigente em relação aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes.	?? Constituir grupo regional de trabalho, composto por especialistas, para elaborar propostas relativas à violência sexual, a serem entregues às Câmaras Municipais ou órgãos		X	X	Ministério da Justiça/DCA Ministério Público Judiciário Defensorias Públicas

enquanto crime contra a pessoa.		competentes; ?? Criar legislação que condicione a concessão de alvarás de funcionamento a jornais de classificados, hotéis e similares, para o enfrentamento desta problemática, minimizando tal situação.		X		Centros de Defesa CONANDA Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Conselhos Tutelares Frentes Parlamentares Fóruns, OAB Universidades
2. Garantir a aplicação das leis de proteção a crianças e adolescentes vítimas ou em risco de violência sexual.	2.1. Garantia de proteção jurídico-social às crianças e aos adolescentes em situação ou risco de violência sexual.  2.2. Criação, implantação e consolidação de um sistema especializado, exclusivo e integrado de apuração, defesa e responsabilização de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.	?? Criar e consolidar um Centro de Referência Regional de Defesa da Criança e Adolescente;  ?? Estimular a criação de Defensorias Municipais da criança e do adolescente;  ?? Garantir atendimento prioritário para crianças/adolescentes em situação de violência sexual, no programa de atendimento a vítimas e testemunhas da violência.		X  X	X  X  X	Ministério da Justiça/DCA Governos estaduais E municipais CONANDA Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Conselhos Tutelares Fórum DCA Secretarias de Segurança Pública Varas da Infância e da Juventude Ministério Público Defensorias Públicas OAB

<p>3. Disponibilizar, divulgar e integrar os serviços de notificação de situações de risco e de violência sexual contra crianças e adolescentes.</p>	<p>3.1. Criação de instrumentos de facilitação da notificação.</p> <p>3.2. Articulação dos serviços de notificação de denúncias de violência sexual com os demais órgãos de defesa e responsabilização.</p>	<p>?? Criar serviço regional de denúncias, gratuito e de fácil memorização;</p> <p>?? Adotar um instrumento regional unificado para denúncias nas delegacias, para facilitar a comunicação ao Ministério Público;</p> <p>?? Criar um sistema articulado regional informatizado de notificação entre os órgãos de defesa.</p>			<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>ABRAPIA Ministério da Justiça/ DCA Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Secretarias estaduais e Municipais de Proteção à Criança Delegacias de Proteção à Criança Departamento de Segurança Pública Delegacias de Polícia Cons. Tutelares Ministério Público OAB Universidades</p>
<p>4. Coibir o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais na região da Baixada Santista.</p>	<p>4.1. Adotar medidas coercitivas em relação ao tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais e de proteção às vítimas.</p>	<p>?? Criar mecanismos intermunicipais de cooperação para coibir o tráfico de crianças e adolescentes;</p> <p>?? Criar um site regional de identificação, localização, resgate e proteção de crianças e adolescentes traficados ou desaparecidos.</p>			<p>X</p> <p>X</p>	<p>Ministério da Justiça Ministério de Relações Exteriores Interpol Polícia Federal Polícia Rodoviária Federal CONANDA Conselhos Estaduais e</p>

						Municipais de Direitos Secretarias estaduais e Municipais de Proteção à Criança Departamento de Segurança Pública Del. de Polícia Cons. Tutelares Ministério Público OAB
5. Combater a violência sexual contra crianças e adolescentes na Internet.	5.1. Cooperação entre os órgãos de defesa e responsabilização e os provedores de acesso às redes de Internet, visando ao intercâmbio de informações e à adoção das medidas legais cabíveis.  5.2. Responsabilização penal dos autores de crimes sexuais na Internet.	?? Sensibilizar os provedores da região, com o objetivo de combater a violência sexual na Internet;  ?? Celebrar acordos de cooperação entre órgãos de defesa e de informática, em nível estadual, regional e municipal.  ?? Mobilizar a população e boicotar os servidores de internet que veiculam páginas com conteúdo pornográfico infanto-juvenil.		X	X	ABRANET, Ministério da Justiça Polícia Federal INTERPOL CONANDA, FORÉTICA Departamento de Segurança Pública Del. de Polícia Ministério Público OAB CONDECA CMDCA's Órgãos de comunicação
6. Formar	6.1. Capacitação dos	?? Incluir nos currículos mínimos dos				Universidades

recursos humanos na área de defesa e responsabilização.	profissionais das áreas de defesa e responsabilização, para lidar com as diversas situações de violência sexual de crianças e adolescentes.	<p> cursos universitários disciplina obrigatória sobre os direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual;</p> <p> ?? Estimular a discussão e divulgação do ECA, cidadania, sexualidade, nas escolas do Ensino Fundamental.</p>	X	X	X	<p>Centros de Pesquisa</p> <p>ONG's</p> <p>Agências Internacionais</p> <p>Ministério da Educação</p> <p>Conselho Federal de Educação</p> <p>CONANDA</p> <p>CONDECA</p> <p>CMDCA's</p>
---	---	---	---	---	---	---

<b>EIXO – PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL</b>						
<b>Objetivos</b>	<b>Ações</b>	<b>Metas</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Parcerias</b>
1. Incrementar a participação de adolescentes e jovens em espaços de formulação de políticas e de fortalecimento da rede de combate à violência sexual	1.1. Estimular a implantação de grêmios estudantis em todas as escolas da região.	<p>?? Elaborar material didático sobre o tema.</p> <p>?? Capacitar os integrantes dos grêmios estudantis.</p> <p>?? Divulgar as propostas e ações do Pacto São Paulo em todas as escolas das regiões.</p>		X		SEDUC's, Diretorias de Ensino, CMDCA, ONG's.
				X	X	

à violência sexual.	1.2. Promover o debate permanente e qualificado do tema entre crianças, adolescentes e jovens da região.	<p>?? Criação do Fórum Juvenil do Pacto São Paulo de âmbito regional.</p> <p>?? Capacitar jovens para atuarem como agentes multiplicadores, na prevenção e combate ao abuso e exploração sexual.</p>	X	X	X	ONG´s, CMDCA´s, Prefeituras Municipais.
	1.3. Monitorar a implementação das propostas aprovadas neste Pacto.	<p>?? Criação de Conselhos Juvenis para acompanhamento da implementação das propostas do Pacto Regional</p> <p>?? Participação de adolescentes e jovens em reuniões de Conselhos Municipais de Direitos.</p> <p>?? Participação em Fóruns Municipais e Regionais de Defesa e Promoção de Direitos.</p> <p>?? Participação em Conferências Municipais de Direitos.</p>	X			CMDCA, ONG´s

		<p>?? Participação de adolescentes e jovens na 4ª Conferência Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>Participação de adolescentes e jovens na 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente.</p>	<p>X</p> <p>X</p>			
	<p>1.4. Buscar apoio dos municípios aos órgãos relacionados a projetos para crianças e adolescentes.</p>	<p>?? Acompanhar o processo de definição dos orçamentos Municipais, a fim de assegurar recursos financeiros para execução de projetos qualificados.</p>		<p>X</p>	<p>X</p>	<p>CT´s, CMDCA´s e Parlamentares.</p>

<p>2. Incluir adolescentes e jovens na elaboração e implementação de projetos que promovam seus direitos e sensibilizem a população para o enfrentamento da violência sexual e toda a forma de violência contra crianças e adolescentes.</p>	<p>2.1. Promover a participação ativa de crianças, adolescentes e jovens em programas de prevenção, atendimento, promoção e defesa de direitos.</p>	<p>?? Elaborar cartilha sobre os direitos das crianças e adolescentes.          ?? Assegurar presença constante de "fiscais" nos órgãos de atendimento às vítimas de violência.          ?? Sensibilizar os profissionais da mídia para que sejam parceiros no combate à violência sexual.          ?? Capacitar educadores para que atuem como verdadeiros agentes de direitos e promovam o protagonismo juvenil.          ?? Capacitar e reciclar os membros dos conselhos participantes e órgãos de defesa e promoção de direitos.</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>X</p>	<p>CMDCA's, ONG's, ANDI, CT's, Universidades, OAB</p>
--	---	---	----------	----------	----------	---



		<p>?? Capacitar profissionais que lidam com crianças e adolescentes e propor novas abordagens do tema junto a esse grupo social.</p> <p>?? Incentivar a eleição de conselheiros tutelares jovens, mais conscientes da situação e com participação ativa em seu combate.</p> <p>?? Capacitar profissionais da área da Segurança Pública para lidar com crianças e adolescentes, conforme o ECA.</p>	X	X	X	
--	--	--	---	---	---	--



<p>4. Estimular a participação ativa de crianças, adolescentes e jovens em projetos e programas que desenvolvam ações de prevenção à violência sexual, na condição de agentes educativos.</p>	<p>4.1. Implementar processos de formação crítica de adolescentes e jovens.</p>	<p>?? Oferecer capacitação constante para os jovens integrantes desse Fórum, para que possam atuar no enfrentamento desse tipo de violência, transformando-os em agentes multiplicadores de informação.</p> <p>?? Elaboração e distribuição de panfletos e cartilhas explicativas em escolas, hospitais etc, orientando sobre como identificar situações de abuso sexual.</p> <p>?? Realização de palestras e oficinas em escolas e entidades juvenis para esclarecimento e prevenção da violência e conhecimento dos direitos das vítimas.</p> <p>?? Ampliar a discussão sobre o papel da mídia, criando grupos que venham a discutir o papel ético e educativo dos meios de comunicação.</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>ANDI</p>
---	---	--	-------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------	-------------

	<p>4.2. Buscar comprometimento do Poder Público através de seus órgãos educacionais, como creches, escolas, CECON´s e cursos livres, no sentido de realizarem atividades que estimulem a expressão e a criatividade de crianças e adolescentes.</p>	<p>?? Ampliar a divulgação e discussão sobre o ECA nas escolas e nos meios juvenis.          ?? Desestimular a prática de jogos e danças que estimulem a erotização precoce de crianças e adolescentes.          ?? Capacitar os profissionais para que possam reconhecer situações de violência e encaminhar as vítimas e suas famílias a um correto atendimento.</p>	<p>X  X  X</p>	<p>X  X  X</p>	<p>X  X  X</p>	<p>Prefeituras Municipais, CMDCA´s e Parlamentares</p>
--	---	--	--------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	--

# ANEXOS

## EQUIPE TÉCNICA DE COORDENAÇÃO DAS OFICINAS POR EIXO ESTRATÉGICO:

### **Análise da situação**

Lumena Celi Teixeira – CAMARÁ

Maria Izabel Calil – NECOM

Regina Maria Lacerda – ASPPE

### **Mobilização e Articulação**

Domingos Antonio Stamato – MNMMR

Elizabete Borges de Novaes – CAMARÁ

Linda Simone Mallak – PACTO SP

### **Atendimento**

Ivanir Cocchi – ASPPE

João Carlos Ferreira – Sentinela Santos

Rosana Russo André Soares – CVC

Viviane Gorgatti – CAMARÁ

### **Prevenção**

Márcia de Souza Rebouças – Sentinela Guarujá

Maurício Carlos Rebouças – Espaço Meninas / PMS

Vera Lúcia Alves dos Santos – NECOM

### **Defesa e Responsabilização**

Claudia Sérvulo – CEVISS

Maria Gorette O. Medeiros Vasconcelos – PACTO SP

Paulo César Peres – ACTESP

### **Protagonismo Infanto-juvenil**

Irene Penteadó Cotrim – MNMMR

João Carlos G. da Franca – CAMARÁ

Marina Teles de Oliveira – FORJA 21

## ENDEREÇOS PARA CONTATOS:

### **ASPPE**

R. Paraguaçu, 42 – Santos/SP – 11050-020

Fone/fax: (13) 3224-3947 / E-mail: [asppe@atribuna.com.br](mailto:asppe@atribuna.com.br)

### **CAMARÁ**

R. Treze de Maio, 300 – São Vicente/SP – 11310-330

Fone/fax: (13) 3467-3944 / E-mail: [projetocamara@iq.com.br](mailto:projetocamara@iq.com.br)

### **NECOM**

R. Piauí, 12 – Santos/SP – 11065-420

Fone: (13) 3205-5555 (R. 617) / E-mail: [necom@unisantos.br](mailto:necom@unisantos.br)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todas as pessoas que estiveram presentes no dia 17 de maio de 2002, no auditório da Universidade Católica de Santos, participando do I Seminário Pacto São Paulo – Baixada Santista Contra a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Por uma falha na organização do seminário, não foi possível listarmos todas as organizações ali representadas, para que pudéssemos ter seus nomes aqui reconhecidos publicamente, como co-autores desse Plano Metropolitano. Gostaríamos de registrar aqui nossas sinceras desculpas.

É com muita satisfação, no entanto, que parabenizamos não só o coletivo de profissionais e instituições que colaboraram para a formulação desse documento, mas principalmente a sociedade local que hoje pode contar com tais princípios norteadores no desenvolvimento de ações e programas de enfrentamento à violência sexual na região.

Nosso desafio, daqui em diante, será colocar em prática tudo aquilo que indicamos e explicitamos conjuntamente como objetivos, ações e metas a serem cumpridos, para que um dia possamos comemorar o fim da violência sexual contra nossas crianças e adolescentes.

**COMISSÃO REGIONAL**  
**PACTO SÃO PAULO – BAIXADA SANTISTA**  
Maio de 2003